



ATA Nº 06/2022

Aos 26 dias do mês de abril de 2022, no grande auditório do Centro Multimeios de Espinho, reuniu-se, para a segunda reunião da segunda sessão ordinária do ano 2022, a Assembleia Municipal de Espinho presidida por José Emanuel Teixeira Carvalhinho e secretariada por Guilhermino Pedro de Sousa Pereira e por Isabel Maria Pinhal Resende, com a seguinte ordem de trabalhos:

3. Apreciar e votar os Documentos de Prestação de Contas 2021;
5. Deliberar sobre a proposta de nomeação da entidade PALM – PEREIRA, ALMEIDA, LINHARES, MONTEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA., para os serviços de auditoria, revisão e certificação legal de contas do Município de Espinho, para os anos de 2022, 2023 e 2024;
6. Deliberar sobre propostas que visam prosseguir as atribuições da Autarquia;
7. Aprovar as atas;
8. Aprovar o Regimento da Assembleia Municipal de Espinho
9. Apreciar a informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade Municipal
10. Tomar conhecimento da Alteração por Adaptação do Plano de Pormenor do Estádio do Sporting Clube de Espinho, na sequência da transposição das Normas do Programa da Orla Costeira - Caminha-Espinho (POC-CE).
11. Tomar conhecimento da Informação relativa às autorizações prévias genéricas necessárias à execução dos Documentos Previsionais 2022.

A reunião iniciou-se às 21h30 dado que, à hora inicialmente designada, não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

Foi verificada a presença dos membros António José Nunes Teixeira Lopes, Ana Paula Africano de Sousa e Silva, José Adolfo Carvalho Rocha, Jorge Eduardo da Nave Pina, Rosa Martins Freitas Duarte, Maria Alexandra Flôr de Pinho da Silva Bastos, Álvaro Paulo Alves Leite, Abel Jorge Correia dos Santos, António Manuel Pinto de Oliveira, Nuno Antonio Almendra Monteiro Martins, Beatriz Manso Preto Loureiro, Hermínio José Figueiredo Martins da Cunha, Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto, Ana Cecília Alves de Campos Lopes de Rezende, João Paulo do Couto Matos e dos Presidentes da

Junta da União de Freguesias de Anta e Guetim - Nuno Pinto de Almeida, da Junta de Freguesia de Espinho – Vasco José Carvalho Alves Ribeiro, da Junta de Freguesia Paramos - Manuel de Oliveira Dias e da Junta de Freguesia de Silvalde - José Carlos da Silva Teixeira.

Foi dada nota do pedido de substituição dos membros Joana Raquel da Silva Devezas por José Manuel Alves Novo, João Humberto Santos Cunha Bastos por Manuel Augusto Gomes Novais e de Teresa Manuel Dias Leite de Carvalho e Magalhães por Graça Hermínia Conceição Dias Pereira.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Adelino Miguel Lino Moreira Reis. Estiveram também presentes o Sr. Vice-Presidente, Álvaro Ferreira da Cunha Monteiro e os Senhores Vereadores Maria Manuel Barbosa Cruz, Leonor Cristina da Costa Matos Lêdo da Fonseca, Maria de Lurdes Santos Ganicho, João Manuel Oliveira Passos e Hélder Manuel Freitas Leitão Rodrigues.

Verificado o quórum, o Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião, referindo que estava a ser transmitida em direto e começou com o ponto 3 da ordem de trabalhos: Apreciar e votar os Documentos de Prestação de Contas 2021

Passou a palavra ao Presidente da Câmara que referiu que era um documento que merecia ser explicado de uma forma frontal, apresentava um resultado líquido do exercício negativo de 1 209 137,00 €, significando que o município de Espinho apresentou despesas na ordem dos 28 651 522,00 € e apenas receitas de 27 442 385,00 €. Que, tendo, infelizmente, um resultado líquido negativo, tinham de trabalhar para que, no próximo exercício, aquele valor fosse diferente e positivo. Que também queria assinalar um aumento de 38,90% no endividamento e que se reparassem na evolução do endividamento municipal, veriam que, no ano de 2020, tinham 19 260 300 € e, no ano de 2021, 26 752 083 €, ou seja, um aumento de 7,5M€. Relativamente ao saldo de gerência, que eram as verbas comprometidas num respetivo exercício, portanto no ano de 2021, que não foram executadas e transitaram para o ano de 2022, sendo que a maior parte daquelas verbas já tinham sido gastas porque os respetivos projetos estavam numa fase avançada de conclusão, era na ordem dos 4 809 000 EUR e que estavam a falar de dois valores, um respeitante à dotação orçamental, 3 541 880 EUR que era um valor que tinha como fonte os empréstimos feitos no ano de 2021, um para o estádio municipal, transitando 600 mil



euros para 2022 e outro para apoio ao investimento em que transitaram para o ano 2022, relativamente ao RECAFE 1 323 434,00€, à Escola Sá Couto 710 211,00 €, à Rede de Ciclovias 545 091,00 €, investimentos em edifícios municipais 352 935,00€. Que o outro valor, 1 267 272,00 €, era relativo a operações de tesouraria, referente a verbas que tinham obrigatoriamente de reter e referentes à Segurança Social, IRS, Caixa Geral de Aposentações, garantias e cauções. Fez notar que o saldo de gerência não tinha a ver com resultados positivos ou lucros, mas eram valores cabimentados e comprometidos relativamente a obras em curso, não faturados naquele ano e transitaram para o ano seguinte. Que o montante de compromissos assumidos para 2022 era de 34 000 076,00€ e de receita só tinham 27 548 000,00 € definidos, significando que tinham cerca de 7 milhões de euros em que tinham de definir fonte de financiamento, sendo que parte seria coberto pelo saldo de gerência que transitava para o ano de 2022, mas que faltavam ainda cerca de 4 milhões de euros. Que seria um ano difícil, com muito trabalho para arranjam fundos para cobrir aquele valor, sendo que teriam de recorrer a empréstimos, hasta pública, ou fundos comunitários. Que era uma autarquia muito pouco ou nada sustentável, subsídio-dependente, que naquele momento tinha uma margem absoluta de endividamento de 9,5 milhões de euros e que, de acordo com a lei, só podiam utilizar 20% daquele valor, portanto, cerca de 1 900 000,00 €, sendo que aquele valor ainda era provisório, porque faltavam ainda acertar alguns valores relativamente a entidades externas.

Presidente da Assembleia deu a palavra aos vogais para as questões que quisessem colocar, tendo a vogal Ana Rezende referido que, não podia deixar de considerar a situação muito preocupante e que, sendo aquelas contas relativas a 2021, estava em análise uma grande fatia de 9 meses que não foi gestão do PS, pelo que perguntou, atendendo ao quadro bastante negro explicado, a razão do atual executivo ter aprovado as contas. Que ficava preocupada com o facto do município funcionar permanentemente endividado e perguntou como se sentia o município relativamente ao recebimento de competências, nomeadamente na área social, sabendo-se que estava bastante honorado e sem fontes de financiamento. Solicitou esclarecimentos, dado que aqueles resultados financeiros decorriam muito do desastre que foram aquelas empreitadas todas, onde existiam derrapagens.

João Matos (BE) disse que ouviu, com consternação, a explicação do Senhor Presidente e consultou aquele documento com igual consternação. Que as contas

diziam respeito ao ano transato, em que o PS só tinha responsabilidade no último trimestre daquele ano, sendo que eram também o resultado de 12 anos de governação do PSD, partido que sempre se focou no corte das gorduras do Estado. Que, na sequência do comunicado emitido pelo PS no jornal Defesa de Espinho, o PSD contrapôs a dívida de 11 milhões de euros em empréstimos por um período de 15 anos e referiu que existia um saldo de gerência de 4,8 milhões positivo e 1,9 milhões de margem disponível para investimento. Fez notar que, no documento em apreciação, constava que os financiamentos obtidos rondavam os 12 milhões, pelo que acompanha o que o PS apresentou no comunicado. Disse que na página 49 – financiamentos obtidos - constavam 1,8 milhões para efeitos de construção do estádio de futebol e ainda 4 milhões para efeitos de investimentos, não se percebendo se era dívida contraída junto do BPI, pelo que perguntou que investimentos eram aqueles.

Presidente CME respondendo à vogal Ana Resende, disse que aprovaram as contas porque era um documento técnico, uma ferramenta de trabalho e não um documento político, e era um documento que traduzia a realidade, e que, apesar de não serem as contas que gostariam de apresentar, eram as contas que relatavam a realidade, tendo de olhar para elas de uma forma factual, responsável e realista e de trabalhar no sentido de, na próxima prestação de contas, apresentarem outros resultados. Que era importante explicar aos espinhenses, a razão de alguns serviços não serem prestados como gostariam, que estavam reduzidos a serviços mínimos, pelo facto de não terem dinheiro. Que ninguém iria deixar de fazer manutenção aos equipamentos municipais por opção política, sendo que não foram feitos, ao longo dos últimos anos, porque existiam resultados líquidos negativos. Relativamente à subsidiodependência através de fundos comunitários ou de créditos bancários, disse que era uma espiral recessiva que tudo fariam para inverter. Quanto à receção de competências, disse que também estavam preocupados e que receberam a competência na área da educação porque lhes foi imposta, sendo que tinham vindo a desenvolver todos os esforços no sentido de acautelar que tudo continuasse a trabalhar da melhor forma possível, mas que o envelope financeiro não era composto pelo valor que deveria ter para desempenharem as competências. Disse que a postura era de diálogo permanente, não só queriam estar muito atentos como estavam no campo, a fazer todo tipo de levantamentos, todos os estudos possíveis, no sentido de ajustarem o envelope financeiro às reais necessidades, sendo que entendia que a delegação de competências era algo extraordinariamente positivo, competindo-lhes lutarem por verbas adequadas ao que



defendiam, ou seja, um ensino público de qualidade e, naturalmente, que estariam sempre na linha da frente a lutar por ajustes dos envelopes financeiros. Sobre as obras, referiu que de facto custaram mais do que era suposto, devido ao contexto difícil em que viviam, o aumento dos materiais e o que decorria da lei, que tinha a ver com a correção de preços, mas que tinham de assegurar que continuassem e se concluíssem o mais rápido possível, sendo que era muito importante que o município virasse a página das obras que estava a ter consequências gravíssimas para a economia do município, sendo importante que o RECAFE e a Requalificação norte estivessem concluídas antes da época balnear. Respondendo ao vogal João Matos, referiu que existiam alguns empréstimos feitos com um período de carência que ainda não foram pagos e que embora não tenha sido o atual executivo a pedi-los, teriam de pagá-los, honrando os compromissos. Quanto aos 4,8 milhões disse que, conforme já tinha explicado, referia-se ao saldo de gerência, dividido em 2 parcelas de 3, 5 milhões de euros, mais 1 267 000€, sendo que os 3, 5 milhões dividiam-se para obras do RECAFE, Sá Couto, ciclovias, edifícios municipais e outra referente ao estádio municipal. Sobre os efeitos de investimento, disse que tinha a ver com uma exceção feita no âmbito da COVID, que permitiu que o município ultrapassasse o limite de endividamento previsto por lei, ou seja a questão dos 1,9 milhões de euros. Que efetivamente tinham uma margem absoluta de 9,5 milhões, mas na realidade, a lei só permitia gastar, por ano, 20% desse valor, com exceção do ano anterior, em que foi permitido, excecionalmente, que os municípios ultrapassassem esse valor. Fez notar que o município não recebeu visto favorável do Tribunal de Contas, sendo que o mesmo não se pronunciou dentro do tempo, o que foi considerado aprovado tacitamente. Que foi esse o motivo de terem conseguido os empréstimos porque, em circunstâncias normais, não teriam conseguido, sendo que os mesmos eram designados como apoio ao investimento, dividido em parcelas para obras do RECAFE, Sá Couto, ciclovias, edifícios municipais e outro referente ao estádio municipal. Fez notar que para aquela obra do estádio não parar teriam de solicitar novo empréstimo, não existindo outra forma. Disse que, na devida altura se insurgiu publicamente contra, referindo que não era a melhor forma, a melhor metodologia, mas era assim que estava e que se não arranjassem outras fontes de financiamento teriam de esgotar parte daquele valor para continuar com a obra do estádio.

Presidente AME tomou a palavra para esclarecer que, nas páginas 141 a 143 do documento, existia um descritivo detalhado de financiamento a financiamento, o

montante solicitado, o montante utilizado e o montante em dívida total. Disse que em 2021 foi feito aquele empréstimo do BEI no valor de 4 942 000,00 €, que foi esse que foi utilizado em 2021.

Ana Rezende (CDU) disse que quanto mais o Presidente da Câmara explicava, mais apreensiva ficava, porque se a capacidade de endividamento anual do município não chegava aos 2 milhões de euros e se se antevia, por via da transferência de competências, que os envelopes financeiros não chegavam para os encargos para o município, em termos práticos, eram precisos mais do que 4 milhões, perguntando qual seria a solução em que o executivo estava a pensar, em face dos documentos previsionais aprovados para 2022, porque parecia-lhe a bancarrota.

João Matos (BE) disse que não podia concordar com o Presidente da Câmara quanto à natureza daquele documento, na medida em que traduzia o resultado daquelas que foram as opções políticas do anterior executivo e ainda do atual com menor responsabilidade. Que o documento, por muito que exigisse argúcia técnica para ser entendido e apreendido, os vogais estavam ali na qualidade de juizes políticos do documento, e era naquela medida que o apreciava, contudo, e uma vez aberta a possibilidade, de acordo com o procedimento regimental por parte do senhor Presidente da Assembleia, aproveitou a oportunidade, porque não o tranquilizava ainda as explicações dadas. Que o Presidente da Câmara tinha dito que havia um saldo de gerência de 4,8 milhões de euros, mas que de acordo com o comunicado do PS eram 11 milhões de euros de empréstimos por um período de 15 anos. Ressalvando que não almejava ter competência técnica para apreciar o documento, mas sim política, pediu esclarecimentos sobre as outras variações no património líquido, a rondar os 7 milhões de euros existentes na página 42, quadro 2 do balanço e ainda, nos ativos fixos tangíveis de 7,58 milhões

Presidente CME disse que as questões da vogal Ana Rezende eram pertinentes e legítimas e com as quais todos se deviam preocupar porque, muitas vezes se questionava a razão de não se arranjar aquele passeio, aquele jardim, aquele equipamento municipal, porque não se faziam requalificações, sendo que a resposta era precisamente por causa de precisarem urgentemente de aumentar as receitas, de captar investimentos inteligentes que gerassem mais receita, o que, naturalmente seria feito com muito trabalho e podia passar por reagendamento de planificações, por eventualmente, esgotarem e continuarem a aumentar, pelo menos durante o ano de



2022, o endividamento, ou por hastas pública ou por fontes de financiamento que eventualmente viessem a estar disponíveis. Que não havia soluções miraculosas, era uma situação difícil, tinham 548 funcionários aos quais se somavam agora mais 88 e todos eles sentiam aquela realidade no dia a dia, sentiam as debilidades e a luta para darem respostas, mas que tinha uma forte convicção que conseguiriam ultrapassar todas aquelas dificuldades e lutariam para que, no próximo ano, pudessem ter números bastante diferentes. Que ainda agora conseguiram, em conjunto com Gaia, aprovar um importante financiamento, cerca de 20 000 0000 de euros para investirem nas comunidades desfavorecidas, com um parte muito significativa para o município de Espinho, que permitiria resolver alguns problemas materiais e imateriais, nomeadamente a questão da Unidade de Saúde Familiar da Marinha, que não seria a reabertura da extensão, mas uma unidade nova, bem como fazer importantes investimentos junto do tecido empresarial, requalificar algum património, etc. Que continuavam a trabalhar para apresentar uma nova candidatura no âmbito dos bairros comerciais digitais, entre 1,5 e 2 milhões de euros. Que não eram reformas estruturais, eram medidas que os tornavam subsídio-dependentes, não permitindo aumentar os níveis de serviço à população e o que pretendiam era cortar com aquela forma de gerir a autarquia. Respondendo ao vogal João Matos disse que os patrimónios líquidos prendiam-se com as obras em curso e com as alterações por acréscimos de novas obras e que os ativos fixos tangíveis também se prendiam com a questão das obras em curso. Referiu que eram questões muito técnicas às quais poderia responder linha a linha devidamente assessorado com respostas mais discriminadas.

Presidente da Assembleia Municipal referiu que era uma discussão muito técnica, podendo até tornar-se opaca, pelo que explicou que os ativos fixos tangíveis eram todos os bens duradouros e bens físicos que podiam tocar e conforme o município ia investindo as novas estruturas, edifícios passavam a ser um ativo fixo tangível e que os ativos intangíveis eram, por exemplo, os softwares. Que aquelas variações tinham a ver com o investimento que estava a ser feito em bens materiais, bem como as reavaliações que estavam a ser feitas e o trabalho de levantamento de todo o património do município que ainda continuava, sendo um problema genérico em todas as Câmaras.

Presidente CME agradeceu as explicações dadas e acrescentou que estavam a fazer um esforço enorme para fazer a atualização cadastral e a fazer os registos em termos de mapeamentos cadastrais, para que aquele documento fosse mais transparente e mais público o quanto antes.

Filipe Pinto (PSD) deu os parabéns ao Departamento Financeiro da Câmara pelo trabalho muito bem elaborado, bastante claro e muito transparente e referiu, conforme estava escrito no documento em apreciação, que o desempenho do município, em termos dos resultados gerados desde 2018, tinha vindo a melhorar na sua performance financeira em termos de rendimentos e gastos, refletindo a atividade do município orientada para a concretização dos objetivos e linhas estratégicas de atuação definidas aquando da aprovação dos documentos previsionais. Que o município continuava o seu trajeto de consolidação do equilíbrio financeiro alcançado nos últimos anos. Que a receita cobrada no ano de 2021 foi de 43, 3 milhões de euros, correspondente a uma taxa de execução de quase 88% da receita orçamentada, mais 22% que em 2020. Que a despesa liquidada no exercício de 2021 foi de quase 40 milhões de euros, apresentando uma taxa de execução de 81%. Que no âmbito das receitas e despesas de natureza corrente, era notória uma boa performance, acima dos 97% e 92%, respetivamente, o que se traduzia, por inerência em baixo desvios. Que no passivo corrente no exercício de 2021, observava-se uma significativa melhoria da performance com a redução geral do mesmo em 3, 25 milhões de euros o que correspondia a redução em cerca de 41%. Que o executivo disse que tiveram prejuízos, mas que as Câmaras não eram feitas para dar lucros, eram para servir a população. Que, já que estavam a falar de prejuízos, também podiam dizer, que teve um prejuízo de 1,2 milhões de euros, mas dos quais, em amortizações, foram feitas cerca de 6, 8 milhões de euros, ou seja, a Câmara Municipal teve um *cash flow* de quase 5,4 milhões de euros e que, em 2020, tiveram lucros, mas sobre isso, o PS nada disse, votando contra. Que os resultados operacionais em 2021, foram de quase 6 milhões de euros, a execução orçamental de 88% na receita e 81% na despesa, a poupança corrente de 3 milhões de euros afetada a investimentos totalizando, em 2021, quase 16 milhões de euros. Disse que, em outubro de 2019, as responsabilidades da Câmara eram 50 milhões de euros e em dezembro de 2021, eram de 27 milhões. Acrescentou que o município foi bem gerido durante 12 anos, com redução da dívida, conclusão e início de investimentos, redução clara de responsabilidades em termos de troika e de pandemia. Por fim, desejou boa



sorte ao atual executivo para os próximos anos e esperavam a conclusão de todos os investimentos feitos.

Ana Rezende (CDU) referiu que, em 12 anos de executivo PSD, não foi paga a dívida deixada pelo anterior executivo, do Presidente Mota, de cerca de 50 milhões de euros que obrigou o município a recorrer ao PAEL e deixaram uma dívida de cerca de 27 milhões de euros, ou seja, em 12 anos, nem 50% da dívida foi abatida. Que era preocupante que o atual executivo acabasse por aprovar aquelas contas, acrescentando que não era um documento técnico, era um documento político, sendo que ninguém questionava que, tecnicamente e do ponto de vista da contabilidade e das regras de elaboração das contas estivesse tudo correto, mas a aprovação era uma assunção de responsabilidades, o que contrariava frontalmente o que o Senhor Presidente veio dizer na primeira sessão ordinária daquela Assembleia de que havia um buraco de 7 milhões e tal de euros e que iria pedir uma auditoria às contas, mas que ao aprová-las, nunca mais poderia pedir nenhuma auditoria independente às contas do município, assumindo politicamente a responsabilidade das contas. Que, por muito técnico que fosse, a discussão era política e o que estavam ali a avaliar eram as opções que foram tomadas do ponto de vista financeiro na gestão do município que, claramente, não eram a favor do município, mas a favor de obras megalómanas que o atiraram para uma situação financeira ainda mais difícil do que estava, como se aquelas obras fossem a grande prioridade. Quando o Presidente da Câmara referia que a população se queixava que não eram feitos determinados arranjos, era preciso que se dissesse que, há 12 foram feitas opções a um determinado nível que conduziram o município àquela situação, opções até claramente do ponto de vista da especulação imobiliária. Que esperava vivamente que o Senhor Presidente e o seu executivo não continuassem aquela senda, nem naquela linha. Que ficava preocupada porque o Presidente tinha referido que, uma das formas de resolver a questão, seria o aumento das receitas e que se lembrou logo dos impostos que recaíam sobre os municípios, sendo que, dali a algum tempo estariam novamente a falar do aumento do IMI, da taxa variável do IRS, etc., e também das taxas no campo dos serviços prestados pelo município, como a água e todas as taxas constantes da respetiva fatura, e também porque falou em hasta pública como forma de arrecadar receita, tendo ficado com a ideia da alienação do património municipal, que era de todos os espinhenses.

Presidente CME esclareceu que não gostava do resultado, mas que era o que existia.

João Matos (BE) disse que, ouvir de um vogal do PSD que as Câmaras municipais não eram para dar lucro, era curiosíssimo sendo que o PSD tudo quisera privatizar e tudo quisera adaptar à lógica empresarial e que era realmente importante que o PSD percebesse que o sucesso empresarial e o serviço público obedeciam a lógicas que eram invariavelmente opostas. Que os orçamentos espelhavam prioridades, escolhas de cada executivo municipal e a prestação de contas de uma autarquia explicitava a afetação de recursos efetivamente realizada e que os documentos apresentados estavam definidos no novo sistema de normalização contabilística e administração pública, cabendo aos eleitos daquela Assembleia uma apreciação política, ou seja, como foram, ou não foram, desenvolvidas políticas autárquicas de melhoria da vida das populações. Que, como disse o vogal do PSD, as Câmaras Municipais não foram feitas para dar lucro, mas contas feitas era fracasso total, era deprimente o estado de contas do município. Que o executivo chancelava o documento, vinculava-se ao documento e vinculava-se às contas e ao resultado das contas, das escolhas políticas do Partido Social Democrata, significando, portanto, que o brilhantismo contabilístico do documento estava repleto, numa simbiose do PS com o PSD, de formulações, de linguagem inovadora e empreendedora, de acordo com as tendências em voga, o que não se traduzia de todo em melhoria de vida do povo de Espinho. Que a conclusão política do BE daquele documento, era que Espinho tinha o pior equilíbrio orçamental de toda a área metropolitana do porto, sendo que, quem era desempregado, precário no concelho, sabia bem do que falava. Que, no município de Espinho, cada pessoa tinha, em média, por comparação ao resto do país, menos 200 euros mensais, sendo aquele o resultado da brilhante captação de investimento que o PSD trouxera ao município. Que, segundo dados da Pordata, metade da riqueza gerada estava nas mãos de pouquíssimos grupos económicos e que a avaliação bancária da habitação era a terceira mais elevada da área metropolitana do Porto. Que tudo isso existia graças às políticas municipais, sobretudo naquela última década, que foram sempre subordinadas à necessidade de priorizar o dinamismo do setor imobiliário. Que o sucesso empresarial daquele documento era uma fraude social sentida por quem não conseguia viver em Espinho. Disse que o autor maioritário daquelas contas foi o PSD, pelo que convinha que ouvissem algumas palavras que pudessem autorizar o PSD, e dirigindo-se àquele partido, referiu que, na página 51 do documento, no que dizia respeito às contas das prestações sociais, apresentava-se um valor de 76 800 €,



sendo o valor refletido em 2019 de 179 650€, apresentando assim uma diminuição em 57%, pelo que perguntou ao PSD se a pobreza diminuía assim tanto de 2020 para 2021. Que 2021 fora o pior ano económico da pandemia, referindo novamente que contas feitas, fracasso total, porque naquele ano a Câmara Municipal de Espinho usou para proteção social dos mais fracos, dos trabalhadores, menos de 1% do valor destinado ao estádio de futebol. Que o Bloco de Esquerda não tinha dúvidas quanto às contas que refletiam o resultado de escolhas políticas desastrosas para o município e que como o município não era uma empresa e o povo não era cliente, sem margem para dúvida, votariam contra.

Abel Santos (PSD) deu os parabéns aos serviços pelo documento apresentado, percebendo-se muito bem, de forma transparente, o que nele constava. Que a vogal Ana Rezende e o vogal João Matos questionaram a razão do executivo PS ter votado a favor do documento, referindo que a razão era porque o quadro não era tão negro como apresentado pelo Senhor Presidente, porque se fosse, naturalmente, votaria de outra forma. Que, ao votar a favor, estava a aprovar o que nele vinha escrito, sendo que, em muitos pontos, havia um elogio claro ao trabalho do anterior executivo. Que não receberam uma Câmara nas condições que o PSD recebeu há 12 anos. Que não existiam pagamentos em atraso desde 31/12/2015, sendo que todos os munícipes estavam satisfeitos pelo município ter as contas em dia e pagar atempadamente.

Jorge Pina (PS) protestou sobre a intervenção anterior, tendo ficado com a ideia de que o vogal não vivia em Espinho. Que tinha os espinhenses como pessoas adultas tendo o Partido Socialista obtido a maioria absoluta em todas as freguesias nas eleições.

Abel Santos (PSD) contra protestou e disse que em momento algum, faltou ao respeito aos espinhenses. Que estava à vista de todos que o PS teve maioria absoluta, mas não estavam a discutir quem ganhou as eleições, nem a razão pela qual o município passou, em termos governativos, do PSD para o PS, mas do teor de um documento. Que, obviamente, o resultado das eleições eram resultado das políticas desenvolvidas, e que, como ele já anteriormente dissera, quem fazia obras em Espinho que mexessem demasiado com os espinhenses, arriscava-se a perder eleições.

Paulo Leite (PSD) disse que não deixava de ser engraçado que, quando o resultado da Câmara era positivo, como foi nos anos anteriores, o tal resultado que agora referiam ser negativo, que diziam ser mau, votaram a favor e que os outros que eram bons votaram contra, o que correspondia, nos últimos mandatos, à atividade normal do PS, em que foram contra tudo e mais alguma coisa a agora eram a favor. Referiu que respeitavam o facto dos espinhenses terem decidido dar a maioria ao PS, como também supunha que o PS respeitou a vontade dos espinhenses quando deram a maioria ao PSD nos últimos três mandatos. Procedeu à leitura de algumas frases constantes do documento em apreciação: “o desempenho do município, em termos dos resultados gerados desde 2018, pode-se considerar que tem vindo a melhorar a sua performance financeira em termos de rendimentos e gastos, refletindo a atividade do município orientada para a concretização dos objetivos e linhas estratégicas de atuação definidas aquando dos documentos provisionais. O município de Espinho continua o seu trajeto de consolidação do equilíbrio financeiro.”, e disse que havia ali uma quantidade de afirmações naquele documento, apresentado pelo Executivo do Partido Socialista, não tendo sido o PSD a escrevê-las, como por exemplo onde se referia que no âmbito das receitas e despesas de natureza corrente, era notório uma boa performance. Perguntou então, como podiam dizer mal das contas. Sobre os ativos tangíveis que o Presidente da Câmara não soube explicar muito bem, acrescentou que aqueles 7 milhões eram positivos, ou seja, o valor naquela rubrica aumentou 7 milhões e no total do ativo no mandato PSD, tinha aumentado 11 milhões, sendo que reduziram a dívida de 52 milhões, deixada pelo PS, para 27 milhões, uma redução em 40%, sendo que, quando o PSD tomou posse, não havia dinheiro para pagar aos funcionários, tendo de recorrer-se a um programa de apoio à economia local. Que, durante 12 anos, o PSD governou a Câmara numa atitude responsável, percebendo muito bem que cada euro tinha de ser gasto com muito cuidado e que, por cada euro que tiveram de empréstimo, investiram 4, desafiando o PS a conseguir o mesmo. Acrescentou que o resultado que diziam ser negativo, era positivo em 5 806 000 euros, sendo que o Presidente da Câmara, provavelmente pela sua inexperiência, ainda não conseguiu perceber que era valor que se confirmava pelo valor do ativo que só tinha mais 11 milhões de euros. Referiu ainda que tinham pela frente um mandato de 4 anos para fazer coisas e que o PSD estaria atento às notícias, fotos e vídeos, recordando que, no dia 27 de Outubro, o Presidente da Câmara tinha feito um vídeo, referindo que até ao final do ano, abria o parque de estacionamento que tanta falta iria fazer aos espinhenses para a época balnear, mas que estavam a



caminho de maio e o parque ainda estava encerrado, como também falou no elevador e de outras coisas que ainda não se concretizaram. Referiu que o PS enfrentaria dificuldades e que o PSD estava ali para apoiar a Câmara, não iria votar contra tudo e contra todos, porque o primeiro objetivo era mesmo Espinho, sendo que a política era a arte de governar a coisa pública, a pólis, a cidade. Disse ainda que o PS começou o mandato referindo que existia um buraco de 7,5 milhões e agora referia que eram 4 milhões, mas que, afinal era 1,2 e depois já não era, porque aumentou a receita, sendo que já ninguém percebia nada, e que, na verdade, o PS recebeu uma Câmara com contas certas, com 7 milhões mais 7,5 milhões nas contas bancárias, com um saldo de gerência, ou seja, sobrou dinheiro de um ano para o outro, de 4,8 milhões e que obviamente, o PSD votaria favoravelmente aquelas contas, porque eram exemplares. Disse que arranjar financiamentos de facto dava muito trabalho e lembrou que o compromisso do PS era reduzir o IMI para 0,3%.

Ana Paula Africano (PS) referiu que no documento de prestação de contas não estava tudo mal, constava o que estava equilibrado, mas que do ponto de vista político, para o PS, a questão era o que iria dificultar a implementação daquilo que eram as políticas com que o Partido Socialista se candidatou e com que foi eleito pelos munícipes, sendo que uma das áreas com as quais se preocupavam era claramente a falta de fontes de financiamento para uma obra que não era claramente prioritária para o município, no momento em que já tinha muitas obras e muitos compromissos de obras em curso, ou seja o estádio, para o qual não podiam arranjar apoios de nenhuma forma que não fosse recursos próprios ou empréstimos bancários, sendo uma obra que iria ser utilizada por um conjunto restrito de cidadãos do município, que tinha um custo bastante elevado e que os preocupava. Que era uma questão incontornável e esperava que o PSD ajudasse a encontrar soluções, mas, uma vez que não tinha essa responsabilidade, teria que ser o PS a resolver o problema. Sobre o endividamento disse que, de facto, houve uma redução substancial do endividamento da Câmara pelo PSD, mas que foi imposta pela Troika e todos os outros compromissos assumidos, mas, que apesar daquele contexto, em que havia limites para o endividamento, o que se observou, foi que a evolução do endividamento da Câmara foi de um acréscimo de 39% no último ano e de 17% relativamente a 2 anos. Sendo que a Câmara herdou uma situação com elevado montante de obras realizado que absorvia uma parte substancial daquele endividamento, sendo que muito daquele endividamento não resultava para uma melhoria imediata das condições, da qualidade de vida das

populações, existindo uma indiferença total a um conjunto de infraestruturas importantes para o dia a dia e para o bem-estar da população, como por exemplo, as piscinas municipais e outros equipamentos equivalentes. Que aquele nível de endividamento preocupava-os num contexto em que a inflação iria necessariamente arrastar a subida das taxas de juro e, portanto, traria custos de financiamento superiores, representando uma pressão orçamental nos próximos anos, referindo ainda que aquela prestação de contas era a forma como impactaria, desde já, o exercício de 2022. Acrescentou que, para além disso, existia também a questão dos compromissos assumidos e das transferências que esperavam que, com o novo orçamento de Estado, pudessem de facto, serem acompanhadas do devido envelope financeiro, mas que obviamente, exigiria empenho do município, no sentido de conseguir obter financiamentos

Alexandra Bastos (PSD) referiu que nos últimos 12 anos Espinho ganhou qualidade de vida, com a reabilitação das escolas de Espinho que pensava representar uma importante obra para todos os cidadãos em Espinho, que permitiria a fixação de bastantes famílias e de dar outra qualidade de vida e de educação aos espinhenses mais novos, bem como a requalificação do canal ferroviário. Referiu ainda a importância da assinatura do acordo de colaboração com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana no valor de 5,6 milhões de euros iniciado pelo PSD, e era bom que não se esquecessem dos inícios, e ainda da obra do estádio municipal que, se perguntassem aos jovens espinhenses, todos responderiam que era pertinente, porque o desporto, tal como a educação, eram pontos de valorização e desenvolvimento humano. Que foram 12 anos de desenvolvimento, o que era natural, não sendo natural era que fosse ao contrário, que fosse um retrocesso. Que poderia ter sido feito mais, mas que não herdaram uma Câmara, em 2009, com boa situação financeira, tiveram anos de Troika com programas, uma pandemia nos últimos 2 anos originando quebra de receitas. Disse que pensava que a atual Câmara, para o ano, apresentaria obra nova porque iria ter condições para isso

Presidente AME lembrou que estavam a apreciar as contas de 2021 e não a apreciar 12 anos de gestão autárquica.

Jorge Pina (PS) referiu que tinham de gastar milhões de euros nos edifícios em Espinho, no FACE, nas duas piscinas. Que tinham um centro de talassoterapia que deixaram morrer, no qual não fizeram manutenção. Que ouvia muita gente dizer que



Espinho parecia a Veneza de Portugal devido ao rebentamento dos canos. Lembrou que foi o Dr. Carlos Gaio que trabalhou a carta educativa para o benefício de todos e que foi Estado que interveio no financiamento das escolas graças a carta educativa. Relativamente às obras na escola Sá Couto, disse que as casas de banho, onde não fizeram absolutamente nada, eram uma vergonha e que não estava nada orçamentado para o pavilhão. Disse ainda que o Presidente da Câmara visitou o parque de estacionamento e que o mesmo não podia ser aberto devido ao estado em que o chão se encontrava e acrescentou que não havia fiscalização nas obras. Disse que as verbas não chegavam para as obras que tinham de ser feitas e algumas estavam paradas. Relativamente à prestação de contas disse que cada um dos vogais tinha a liberdade de votá-las como lhes apetecesse

Presidente Câmara disse que lamentava que o PSD continuasse em negação. Que era o momento que efetivamente tinham para fazerem alguns balanços e corrigirem algumas coisas, sendo que já tinham feito algumas melhorias mudando algumas coisas, fazendo algumas reformas. Que o vogal Filipe Pinto disse que tiveram um *cash flow* positivo de 5 milhões de euros, mas esqueceu-se de dizer que receberam empréstimos de 9 milhões de euros. Que tinham de ser factuais e transmitir o atual estado do município. Que, naquele documento, não podia votar 9,5 meses contra e 2,5 a favor. Que era evidente que se faziam ali apreciações políticas, mas o que estava ali era um documento técnico que traduzia uma realidade que não lhe agradava, mas era a realidade dos factos, com a qual tinham de trabalhar. Fez notar que, no anuário dos municípios, constava que a dívida, em 2009, era de 40 milhões de euros e não de 50 milhões, e que, em 2021, referia que era de 26 milhões, reduzindo-se, portanto em 12 anos, a dívida em 14 milhões de euros. Relativamente ao IMI, disse que o PS reduziu-o em 0,01% de facto, mas fizera-o logo no primeiro mandato sendo que o PSD demorou 10 anos a reduzir aquela mesma percentagem. Que, tentando fazer interpretações das suas palavras, quando disse que tinham de aumentar a receita, pensaram logo que iriam aumentar os impostos, mas que apenas disse que tinham de aumentar a receita e não significava que se traduzisse num aumento de impostos, que podiam ter outras estratégias. Referiu ainda que as finanças não estavam más, estavam péssimas, e percebia a dificuldade do PSD, porque durante anos, foram vendendo uma realidade alternativa que todos os espinhenses rapidamente perceberam que não existia porque todos os dias via-se os buracos nos passeios, nas ruas, a cidade estragada, os equipamentos debilitados, o

RECAFE que tinha largas e largas dezenas de não conformidades. Que tinham graves problemas para resolver problemas que custariam muito dinheiro, problemas que atrasaram as obras, problemas que todos os espinhenses sentiam todos os dias. Que existia de facto um buraco, existindo obras em curso sem financiamento definido e que não havia saldo positivo, mas sim um saldo líquido negativo de 1,2 milhões de euros. Acrescentou que sobre o IHRU e a estratégia local de habitação, preferia não ter herdado nada porque tiveram de começar a construir do zero, completamente atrasados e desfasados dos outros municípios, estando numa corrida contra o tempo porque herdou uma estratégia local de habitação que era uma catástrofe, era um desrespeito por quem morava na habitação social, para quem queria vir morar para Espinho, porque não estavam previstas requalificações em vários bairros e vários equipamentos. Disse ainda que, infelizmente, as roturas continuavam quase todos os dias, porque a gestão brilhante do que falou o PSD, nos últimos anos, apenas trocou 6 ou 7 km da rede abastecimento de água, não trocou o saneamento, e até, na parte que requalificaram, nem sequer se lembraram que era preciso águas pluviais. Que tinham ainda 60 ou 70 km de infraestruturas de abastecimento de água em fibrocimento, referindo que, no último fim de semana, tiveram quase 20 roturas. Terminou com um agradecimento aos funcionários do município que desempenhavam um trabalho extraordinário e incansável e que mereciam reconhecimento público.

João Matos (BE) referiu que era um debate que refletia as contas do ano de 2021, que assentavam num período longo de governação do PSD. Que tinham agora uma cidade incapaz de responder à crise económica e à crise social. Que o PSD, confrontado com várias questões colocadas pelo Bloco de Esquerda não respondeu a absolutamente nada. Disse que confirmava o referido pelo Presidente do executivo quando disse que era um estado de negação e que o vogal Abel Santos remeteu-o para um pequenino poema que dizia E regressemos à vida para amenizar a fadiga que se manifesta em espasmos de Loucura nuns casos pela negação da evidência noutros pelo medo paralisante que não era mais saudável. Que a intervenção do vogal Paulo Leite, era também manter a negação, não havia uma ideia, uma proposta, mas havia um autoelogio assente em coisa nenhuma, uma mão cheia de nada e era a anedota que o cinismo contava ao descaramento, atingindo-se ainda um patamar inferior com a intervenção da vogal Alexandra Bastos que disse que a qualidade de vida em Espinho melhorou, mas que a vida Em Espinho ia além da vida que a elite frequentava, a vida de quem, nesta última década, soube que metade das escolas do primeiro ciclo foram



encerradas, de quem viu a saúde pública a perder serviços, de quem teve de abandonar o centro da cidade porque chegou o alojamento local que tanto acarinharam, de quem viu tantos serviços públicos ficarem no osso, de quem viu as infraestruturas públicas tornarem-se decrépitas, de quem ficou condenado, arredado da realidade que se manifestava no grande Porto, onde transportes públicos eram quase nenhuns. Que gostava que a vogal Alexandra os elucidasse do que definia por melhoria da qualidade de vida. Que o Bloco, reforçando a sua posição de que votaria contra aquele documento, considerava que a cidade de Espinho ia do luso-tropicalismo do José Mota à megalomania dos RECAFE, dos estádios municipais e de que nunca saíam da cepa torta.

Teixeira Lopes (PS) referiu que não percebia como podia ler-se aquele documento reduzindo-o tecnicamente, porque ele era eminentemente político, sendo aquele documento que lhes dava a ideia do que foi a política desastrosa do PSD porque, no último mandato, com a política errática que o PSD desenvolveu durante 4 anos, verificou-se que, na Câmara, o Partido Socialista votou sistematicamente contra alguns documentos, nomeadamente os orçamentos, acontecendo o mesmo na Assembleia Municipal, e que, portanto, sob o ponto de vista político, o PS foi uma alternativa que, nas últimas eleições redundou na sua vitória. Disse que o vogal João Matos tinha de pedir explicações ao seu antecessor que votou praticamente a favor de todos os orçamentos e do estádio municipal. Disse que a situação económico-financeira devia-se ao exercício realizado sob a responsabilidade do PSD. Perguntou qual foi o programa do PSD para Espinho quanto ao património, como se concretizou, como se apresentou, o que foi feito em relação ao controle dos dinheiros públicos, quais as opções políticas uma vez que parecia que se limitaram, no essencial, a terminar o RECAFE, demorando anos, para além das obras que o PS deixou no último mandato. Referiu que a despesa de capital era a que, de certa maneira, permitia perceber qual era a política de investimento de uma Câmara, verificando-se que ficou muito aquém daquela que era necessário fazer, como, por exemplo, nos casos de roturas no abastecimento de água, na política cultural, na política da habitação, na política da Juventude, na reconstrução da cidade que ficou toda esburacada, nomeadamente os passeios e as estradas, na defesa do património municipal, na iluminação pública, nas placas de toponímia, nas instalações desportivas municipais, na habitação social, na política desportiva

Abel Santos (PS) disse que a vogal do PS, Paula Africano, foi extremamente clara na sua apreciação do documento, e que sobre o desafio lançado para o PSD ajudar a procurar soluções, referiu que estavam na oposição, mas teriam uma oposição construtiva, pelo que o Presidente da Câmara poderia contar com algum calor na discussão. Que era importante lutarem pelo que acreditavam, de serem rigorosos e consistentes, pois dali a algum tempo estariam ali novamente e seria curioso fazerem uma retrospectiva do que foi dito. Pediu aos vogais Jorge Pina e Teixeira Lopes para lerem o quadro 50, que lhes dava alguma perspetiva sobre as obras. Que muitas obras no tempo do Presidente José Mota, não tiveram boa aceitação por uma parte da população, mas tiveram por outro e, portanto, foram feitas, podendo-se pôr em questão se realmente foram encontrados os modelos de sustentabilidade para os investimentos que foram feitos. Disse que o vogal João Matos estava na ânsia de empertigá-los porque estavam ali a falar do passado, do documento de 2021, e quando dizia que o PSD não tinha ideias, estava a falar no futuro. Disse que o PSD tinha orgulho no seu passado e não o renegava e que devia aguardar pelas suas ideias para o futuro. Acrescentou que o sucesso do executivo em funções seria o sucesso de todos os espinhenses, podendo contar com uma oposição responsável do PSD visando o melhor para o concelho

João Matos (BE) protestou, dizendo que sobre as questões colocadas pelo BE ao PSD, e depois das suas intervenções, ninguém ficou esclarecido, sendo que não bastava dizerem coisas redondas e que quanto às ideias e ao futuro e qualquer coisa a propor era importante que reconhecessem, no passado, aquilo que de mal fizeram, acrescentando que não contassem com o BE para pôr o futuro em vinhas d'alho.

Abel Santos (PSD) contra protestou referindo que, sobre as respostas redondas do PSD e olhando para a reação do Presidente da Câmara, não parecia que fossem redondas. Relativamente às perguntas do vogal do BE, disse que não tinham de esclarecer

Paulo Leite (PSD) disse que, de repente, os membros do PSD eram uma cambada de malfeitores porque não fizeram o necessário nem nas obras, nem na cultura, nem coisa nenhuma, contudo que deviam ter sido bons na cultura porque tiveram uma vereadora, naquela área, que agora estava com o PS. Sobre as contas do ano de 2021, disse que o saldo de gerência foi de 4 809 000 EUR, conforme estava referido nos documentos, não podendo deixar de referir que, em condições adversas da



COVID, houve efetivamente uma redução, na receita, de impostos na ordem dos 2 436 000 EUR, que os ativo corrente e não corrente do município aumentaram 11 milhões de euros e os ativos operacionais foram mesmo de 5 806 000€. Que o rácio da autonomia financeira de 80% era significativo, tendo sido capazes de arrecadar receita prevista e de fazer também a despesa que estava prevista. Que, apesar do grande impacto da COVID 19 nas receitas municipais, foi possível, ainda assim, gerar uma poupança de 3 036 483, 56 EUR, que foi afetada a investimentos, e que o investimento total, em 2021, foi de 15 888 000 EUR. Que a redução da dívida foi de mais de 40%. Que o PS iria inaugurar obras, mas que era obra deixada em curso pelo PSD. Que concordava com o vogal Abel Santos, sobre o sucesso das Câmaras ser o sucesso dos espinhenses e que estar na oposição era tão importante quanto ser posição porque tinha a obrigação de apontar os caminhos, de apontar o que está menos bem, mas também de reconhecer quando havia coisas bem feitas. Que eram capazes de perceber que, nos mandatos do PSD, naturalmente, cometeram alguns erros, mas o balanço, sem dúvida, era francamente positivo, para a cidade de Espinho e para os Espinhenses. Que o PSD estava ali para fazer oposição responsável, para ajudar na construção de um concelho melhor e que votariam sempre em consciência para trazer para Espinho o desenvolvimento que todos almejavam.

Jorge Pina (PS) referiu o poema de António Aleixo: "Sei que me hás de compreender, Porque até nas entrelinhas, Eu sei bem, tu adivinhas o que Eu Não posso dizer"

Presidente CME pediu para usar da palavra para explicar que o parque de estacionamento do Fórum de Arte e Cultura de Espinho seria aberto e que, durante os últimos 12 anos, não foi porque o PSD não quisera e tudo o resto era narrativa, sendo que aquele parque foi feito por um executivo socialista e seria inaugurado por outro executivo socialista, passado 12 anos. Que havia equipamentos que se estragaram sem terem sido usados. Disse que já começaram as obras no FACE. Que acreditava e percebia que o PSD quisesse fazer uma oposição construtiva, e percebia que o vogal Paulo Leite tivesse cometido ali algumas gralhas e estivesse a tentar justificar-se e que embora andasse na política há muitos anos, nunca teve nenhuma função executiva e sabia que era diferente estar na oposição e desempenhar funções executivas. Disse que o vogal tinha feito uma análise errada relativamente às contas e agora andava ali a tentar arranjar uma forma habilidosa de dizer que existia isto e aquilo. Perguntou ao vogal Paulo Leite se dizer numa entrevista a um jornal que o

Presidente do PSD de Espinho desmistificou o buraco financeiro e que a Câmara tinha um saldo positivo de tesouraria 7 800 000 EUR era uma oposição construtiva. Que, na sua opinião, não era e também não era querer o bem do município. Que estava a enganar as pessoas e devia dizer-lhes a verdade.

Paulo Leite (PSD) protestou referindo que as intervenções não eram para o público e muito menos para fazer comunicados para quem estava a assistir *on-line*. Disse que em 17/11/2021, nos documentos da Câmara, constava que havia um saldo positivo de tesouraria de 7 840 210 EUR, o qual não foi contestado na altura nem era contestado. Voltou a referir que o resultado que existia da Câmara PSD era positivo e que os espinhenses não se deviam deixar levar por aquelas questões, e que, tendo o executivo PS recebido a Câmara em boas condições, devia aproveitar a oportunidade de fazer um mandato brilhante e de terminar o mandato com melhores resultados do que aqueles, porque era disso que Espinho precisava e não propriamente de discursos e de acusações que aparentemente pareciam ter como objetivo começar a arranjar forma de encontrar desculpas para algo que pudesse vir a não ser feito.

Presidente CME fez um contraprotesto referindo que o referido pelo vogal Paulo Leite não correspondia à verdade, sendo que o saldo líquido relativamente à prestação de contas era um saldo líquido negativo de 1 200 000 EUR e que tinham uma situação financeira extraordinariamente complicada.

Paulo Leite (PSD) em defesa da honra disse que queria deixar nota que o Senhor Presidente da Câmara acabou de o apelidar de mentiroso e julgava que não era por essa via, não era pelo facto de chamar mentiroso a alguém que as verdades deixavam de ser verdades.

Ana Paula Africano (PS) disse que o vogal Paulo Leite referiu um conjunto de factos que, individualmente, eram verdades, mas que, em conjunto, tentava pensar uma mensagem que não era correta, uma vez que podiam ter no banco 7 milhões de euros depositados, mas que já tinham destino, não era saldo disponível para o executivo fazer o que bem entendesse e o mesmo acontecia com o saldo de gerência.

Ana Rezende (CDU) referiu que ouviu as intervenções atentamente e chegou à conclusão de que foi uma discussão não séria de um documento de apresentação de contas porque, na bancada do PSD, parecia a Alice no País da Maravilhas e lembrou à



vogal Alexandra Bastos que as obras nas escolas foram da parque escolar, sendo que estavam a avocar obras levadas a cabo com financiamento do poder central como obra do executivo PSD. Como referiu o vogal Teixeira Lopes, aquele documento de prestação de contas era um documento político e estava associado ao orçamento que foi já aprovado e que todos sabiam que as contas do município transitavam de ano para ano, portanto, não estavam só a falar do orçamento de 2021, onde o passivo foi transitando, não ficando resolvido, havendo cada vez mais contração de empréstimos, numa opção clara de política da megalomania que eram as obras em curso. Dizer-se que o estádio municipal era o grande promotor do desporto no município era a maior falácia que já ouviu naquela assembleia, sendo que todos se lembravam do que se passou na discussão daquele tema. Referiu que os recursos públicos eram escassos e, portanto, tinham que ser geridos com parcimónia, e que, em vez de investir no bem-estar da população, faziam-se obras megalómanas. Que, evidentemente, a CDU votaria contra o documento de contas e que continuava sem perceber porque foi aprovado por unanimidade.

Presidente da AM disse que nunca tinha visto tanta gente a dizer tanta verdade e a chegar a conclusões tão diferentes sobre um documento de contas matematicamente objetivo, o que na sua opinião, não contribuía em nada para o esclarecimento dos espinhenses. Disse que o documento de apresentação de contas era um instrumento fundamental para todos poderem apreciar e verificar a situação patrimonial e financeira e os gastos e as despesas que foram feitas em obediência a um critério político de escolhas daquilo que eram os seus investimentos e, portanto, era um documento técnico que refletia as escolhas políticas do executivo e de quem geria a Câmara. Acrescentou que todos falaram verdade porque os números eram os que estavam nas contas, as quais refletiam exatamente a realidade económico-financeira e patrimonial do município, mas que as conclusões a que cada um chegava, podiam ser diferentes. Que o mapa da demonstração dos fluxos de caixa, uma das três demonstrações financeiras constantes do documento, era o que contava na prática porque eram as entradas e saídas de dinheiro e o que sobrava. Acrescentou que, como referiu o vogal Paulo Leite, tiveram um saldo de gerência de 4, 8 milhões euros, mas que, apesar de terem um saldo operacional, em termos patrimoniais positivo, tiveram um saldo gerado pelas operações entre entradas e saídas negativo de 1,5 milhões de euros. Que tiveram outros proveitos e outros pagamentos que tornavam o resultado operacional positivo no valor de 3, 2 milhões de euros, sendo a primeira

componente operacional dos *cash flows* ou fluxos de caixa, depois vinham os investimentos, verificando-se que o município de Espinho pagou em 2021, 14,5 milhões de euros em ativos tangíveis e recebeu 676 mil euros mais transferências de capital de cerca de 8, 5 milhões. Que as atividades de investimento, em termos de entradas e saídas, geraram um saldo negativo de 5,5 milhões, referindo que era como uma manta curta, porque se tapassem a cabeça destapavam os pés e vice-versa. Que, efetivamente, tinham um déficit, restando-lhes pedir dinheiro emprestado. Que, nas operações de financiamento, foram buscar 8,5 milhões, de onde saíram 2,2 milhões para pagar as amortizações e os juros daquelas operações de financiamento, restando um saldo líquido de empréstimos de 6,045 milhões. Que, no global tinham 3,8 milhões de euros de saldo que conseguiram fazer nas operações correntes com o saldo das operações de investimento, compensando isso com empréstimos, dali o endividamento ter crescido 40%. Somando o saldo transitado da gerência anterior, cerca de 1 milhão de euros, chegavam ao 4,8 milhões, parecendo que aquele montante era a salvação de tudo. Que não duvidava que, em dezembro, tivessem os tais 7 milhões, mas que aquele dinheiro foi gasto em pagamentos, salários etc. Disse ainda que, analisando o mapa orçamental da despesa, verificava-se que tinham um saldo de gerência de 4,8 milhões, mas que assumiram compromissos para pagar, em 2021, de 47 milhões de euros que geraram obrigações de 40 600 000 EUR, tendo pago ainda, de exercícios anteriores, quase 4 milhões mais 35 milhões do período corrente, resultando pagamentos feitos de 39,8 milhões de euros. Que, estando comprometidos 47 milhões, transitaram cerca 6,5 milhões, já comprometidos, para o exercício seguinte e se àqueles 6,5 milhões somassem 800 mil de obrigações decorridas e que não foram pagas, chegavam ao valor dos 7 milhões e tal de euros de pagamentos já comprometidos e que os 4,8 milhões não chegavam para pagar os 7 milhões de euros de compromissos já assumidos. Que o património líquido do município aumentou, obviamente, mas que as receitas eram praticamente as mesmas há anos, sendo que atualmente, estavam a gerar cerca de 23, 24 milhões dependendo dos anos. Que era um montante muito pequeno e ainda assim o município conseguia gerar algumas poupanças das operações correntes, depois gastas em investimentos, e se queria continuar a investir tinha de recorrer aos fundos comunitários ou a empréstimos bancários. Que o município de Espinho, nos últimos 8 anos, exauriu a sua capacidade de investimento, ou seja, exagerou brutalmente naquilo que quis fazer em termos de investimentos, levando a liquidação completa da capacidade de endividamento do município, lembrando que, se não fossem as exceções criadas pelo



orçamento de Estado, nunca teriam conseguido aprovar os 3 últimos empréstimos. Que mesmo com a comparticipação dos fundos comunitários havia sempre uma parte do montante que era do município e que tinha de ser pago e que na sua opinião, a obra do RECAFE, independentemente da sua necessidade, veio arruinar completamente a capacidade de financiamento e a capacidade de investimento do município porque a parte do município era muito elevada face àquilo que eram as suas capacidades e disponibilidades, agravada ainda com as derrapagens do próprio projeto que já somavam 4 milhões de euros e ainda tinham o estádio municipal sem comparticipação, o Porta 21 em que o município tinham de prever 3 milhões da sua parte, os projetos das escolas, as ciclovias, em que também tinham de ter participação. Referiu que apesar das contas estarem corretas, não concordava com as estratégias que foram adotadas e que, por isso, não podia votar favoravelmente o documento, sendo que abster-se-ia na votação.

Votação: aprovado com 20 votos a favor, 3 abstenções e 2 votos contra

A reunião foi dada por encerrada e marcada a sua continuação para o dia 11/05/2022, pelas 21.00 horas.

As deliberações tomadas na presente reunião foram aprovadas em minuta, por unanimidade, ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, após a sua leitura pelo Presidente da Mesa da Assembleia.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal

A Funcionária Municipal,
